

# Espacios políticos, democracia y el poder de la calle: medición del impacto político institucional de los movimientos de protesta

*Political Spaces, Democracy and the Potency of the Street: Measuring Institutional Political Impact of Protest Movements*

**Sérgio Silva Borges\***

Universidad Federal de Río de Janeiro  
Brasil

**Fecha de recepción:** 17-02-2022

**Fecha de aceptación:** 15-08-2022

## Resumen

A última década foi marcada pela emergência de uma onda de confrontos políticos – movimentos de protestos. Um dos principais objetivos desse trabalho é fazer uma contribuição para o estudo e a avaliação dos desdobramentos políticos relacionados à atividade de protesto. Desse modo, buscou-se estabelecer uma metodologia composta por princípios e parâmetros para a investigação e mensuração de impactos político-institucionais de movimentos de protestos. Na primeira seção do texto buscou-se fazer uma breve introdução e contextualização do tema em voga no presente manuscrito – a relação entre a emergência de manifestações de rua e o quadro de déficit democrático contemporâneo. A segunda parte do texto foi organizada em uma seção principal e uma subseção; objetivou-se situar a rua – espaços de protestos – no debate contemporâneo sobre a democracia representativa e destacar alguns desdobramentos políticos e sociais da onda de confronto político recente ocorrida na Europa. Na terceira seção discutiu-se a ideia de impacto político em relação à política contenciosa e buscou-se elaborar uma metodologia para delimitar e avaliar impactos político-institucionais desencadeados pela ação política nas ruas.

*Palabras clave:* Confronto político; Movimentos de protestos; Impactos políticos; Impactos político-institucionais.

## Abstract

The last decade was marked by the emergence of a wave of contentious politics - protest movements. One of the main goals of this work is to contribute to the study and evaluation of political's unfoldment related to the protest activity. Thus, it was sought to establish a methodology composed of principles and parameters for investigating and measuring the political-institutional impacts of protest movements. In the first section of the text, a brief introduction and contextualization of the theme in question were made – the link between the emergence of street demonstrations and the contemporary democratic deficit. The second part of the text was organized into a main section and a subsection; it aimed to situate the street - spaces of protest - in the contemporary debate about representative democracy; we tried to highlight some political and social unfoldment of the recent wave of contentious politics in Europe. The third section discussed the idea of political impact in relation to contentious politics and sought to elaborate a methodology to delimit and evaluate political-institutional impacts triggered by the political action on the streets.

*Keywords:* Contentious politics; Protest movements; Political impacts; Political-institutional impacts

---

\* Correo electrónico de contacto: [nahuelrosas95@gmail.com](mailto:nahuelrosas95@gmail.com)

## I. Introdução

Nos anos finais da primeira década do século XXI e ao longo do seu segundo decênio, dezenas de países foram surpreendidos por mobilizações políticas e por movimentos de protestos em todas as partes do mundo, a ponto do manifestante ser eleito, pela revista Times, a pessoa do ano de 2011.

Essas manifestações foram responsáveis pela conversão de ruas e praças em espaços políticos abertos e uso desses espaços como um recurso democrático com objetivos políticos – instituir mudanças, obter resultados (conquistas) e expandir direitos.

Contudo, algumas questões permanecem: que efeito esses protestos têm e/ou tiveram? Há uma potência política nas ruas – espaços do confronto político? Esses protestos atingiram os seus objetivos? Por exemplo: Aumentou a conscientização sobre determinado tema? Modificou a opinião pública? Houve mudanças institucionais? Houve consequências eleitorais – intencionais ou não?

Em torno do debate sobre protestos, ação coletiva e movimentos sociais é comum que se pergunte se há, de fato, alguma razão para a mobilização política, com a sugestão implícita de que a atividade de protesto não tem efeitos ou não atinge os objetivos da ação. No entanto, acredita-se que tal suspeita é fruto, em parte, de uma descrença generalizada na política institucional: na classe governante e no sistema político-eleitoral.

De acordo com Wasow (2020), há a presunção de que os protestos não movem a política e que os grupos marginais não têm voz em um sistema dominado por uma elite (econômica e política). Para Wasow, movimentos de protestos influenciam a política, de baixo para cima; outros autores, como Daniel Gillion (2013), também partilham da mesma ideia.

Apesar de alguns trabalhos, como o de Paul Burstein (2014) indicarem que a opinião pública exerce pouco impacto no Congresso, especialmente quando há baixa mobilização política, o pesquisador reconhece que a ação política em demonstrações públicas pode influenciar a ação de parlamentares em políticas públicas específicas.

Embora a literatura acadêmica dedicada ao assunto ainda não seja abundante, em momentos de grande agitação social e política, marcados pela ocorrência de movimentos de protestos, cresce o interesse sobre consequências políticas das manifestações de rua; embora especial atenção seja dada à identidade coletiva, emoções, produção de significado para organizadores, ativistas, antagonistas, participantes e observadores.

Trabalhos como os de Daniel Gillion e Sarah Soule (2018), Lorenzo Bosi, Marco Giugni e Katrin Ubare (2016) e Moisés Arce e Roberta Rice (2016) reforçam a tese que há uma potência política nas ruas e que os espaços de protestos têm efeitos políticos e sociais, ao sublinharem que durante uma onda ou movimento de protestos, ocorrem mudanças na interação entre diferentes atores no sistema político, e que a ação coletiva de cidadãos indignados e ativistas pode afetar, positiva ou negativamente, tanto os membros da mobilização política – se e como votarão na próxima eleição – quanto os atores da classe governante e o processo decisório – agenda política e governamental, posicionamentos, projetos.

Portanto, embora avaliar, mensurar e demonstrar se os protestos obtêm êxitos ou as várias maneiras pelas quais os protestos podem ou não alcançar determinados tipos de resultados políticos não é uma tarefa fácil, mas, também, não é uma missão impossível. Assim, analisar possíveis impactos ou desdobramentos de protestos envolve uma série de fatores e requer a análise de algumas variáveis, logo, exige uma metodologia minuciosa clara e precisa.

Nessa direção, a despeito da grande incidência e frequência do uso político da rua por cidadãos indignados e ativistas nos últimos anos, e, por sua vez, a conversão da rua em um recurso democrático, pelo protagonismo da figura do manifestante, em um contexto de difusão e expansão da cultura de protestos ao longo das últimas décadas, é necessário avaliar a potência política das ruas – quais são as consequências institucionais da atividade de protesto e como mensurá-las?

Em atenção à indagação posta no parágrafo anterior, o presente texto aborda tipos de impactos político-institucionais relacionados à atividade de protesto – manifestação de rua, e objetiva contribuir com a literatura acadêmica sobre a política contenciosa – o confronto político, por meio de uma metodologia para avaliar os resultados obtidos –

conquistas ou desdobramentos – tanto de movimentos de protestos quanto de movimentos sociais.

O texto está estruturado em três partes, além das considerações finais. Na primeira seção do texto buscou-se fazer uma breve introdução e contextualização do tema em voga no presente manuscrito. Assim, estabelece-se uma relação entre as manifestações de rua recentes e os problemas da democracia representativa – déficit democrático. Abordou-se, em seguida, por meio da análise de movimentos de protestos, alguns desdobramentos – impactos políticos-institucionais – relacionados à política contenciosa entre manifestantes e autoridades políticas.

A segunda parte do texto foi organizada em uma seção principal e uma subseção. Na seção principal objetivou-se situar a rua – espaços de protestos – no debate contemporâneo sobre a democracia representativa, enquanto na subseção buscou-se destacar alguns desdobramentos políticos e sociais da onda de confronto político ocorrida na Europa. Na terceira seção discutiu-se a ideia de impacto político em relação à política contenciosa e buscou-se elaborar uma metodologia para delimitar e avaliar impactos político-institucionais desencadeados pela ação política nas ruas.

## **II. Uma década de confrontos políticos**

De acordo com Thomas Carothers & Richard Youngs (2015), dados das últimas décadas apontam para uma tendência crescente na frequência da atividade de protestos em todo o mundo. Protestos nacionais, por exemplo, se multiplicaram na segunda metade da década de 1980 e no início da década de 1990, o que coincide com a “terceira onda de democratização”<sup>1</sup>.

Apesar de o número de protestos ter diminuído de modo significativo ao longo da década de 1990 e na primeira metade da década de 2000, a cifra de demonstrações públicas começou a se acelerar novamente na segunda metade da década de 2000, até atingir um novo pico na última década (Carother & Youngs, 2015, n.p).

---

<sup>1</sup> A “terceira onda de democratização” diz respeito ao processo de mudança de regime político pelo qual passaram, especialmente, os países do leste europeu e América Latina, a partir da década de 1970 (Huntington, 1994).

Para se ter uma ideia, apenas em um período de cinco anos, 2010-2015, centenas e milhares de cidadãos indignados, ativistas, eleitores e integrantes de movimentos sociais tomaram ruas e praças, em mais de sessenta países (Figura 1), para reclamar direitos e exigir mudanças sociais e políticas.

A política contenciosa envolve interações entre sujeitos, atores e reivindicações. Na versão simples do confronto ou da disputa, uma parte faz reivindicações (sujeitos) sobre outra. As partes são muitas vezes pessoas, mas também pode ser um grupo ou mesmo uma instituição; estudantes, por exemplo, podem fazer uma reivindicação na escola ou na universidade, enquanto trabalhadores podem apresentar uma reclamação sobre o governo para obter benefícios de aposentadoria.

De modo simples, podemos compreender a política contenciosa como uma relação entre partes: sujeito (o criador de uma reivindicação) e objeto (o destinatário de uma reivindicação). As reivindicações sempre envolvem pelo menos um assunto atingindo visivelmente para ao menos um objeto.

Assim, os sujeitos fazem reivindicações sobre o interesse de outros atores, levando a esforços coordenados em prol de interesses ou programas compartilhados, nos quais os governos são envolvidos como alvos, iniciadores de reivindicações ou terceiros. O confronto político reúne, assim, três características familiares da vida social: contestar (dissenso), organização em grupos de interesses e ação coletiva e política (Tilly & Tarrow, 2015, p. 7).

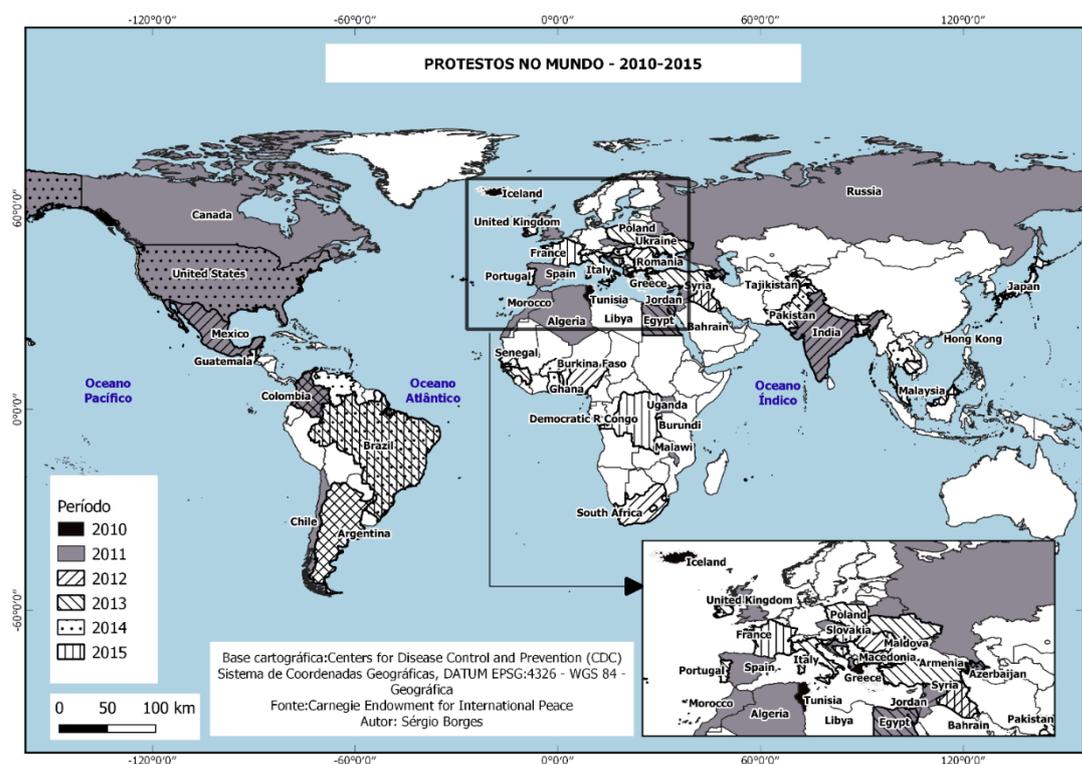
A despeito da diversidade de: fatores geradores, contextos políticos, causas, demandas e bandeiras de luta, é possível perceber a existência de elementos em comum entre os diversos episódios de confronto político ocorridos em todo o mundo nos últimos anos. Entre eles: a primazia: da figura do 'cidadão indignado' (Gerbaudo, 2016; Borges, 2020), das ideias de 'real democracia' e de maior 'soberania popular' sobre decisões governamentais e *accountability*. Essas ideias foram a tônica de diversos movimentos: *Real Democracy Now!*, na Grécia, e *Democracia Real YA!*, na Espanha.

Com base na análise de alguns estudiosos do assunto aqui abordado (Johnston & Seferiades, 2012; Rosanvallon, 2019; Karampampas, 2019), permite-se afirmar que a onda recente de protestos é o resultado da conjugação de fatores conjunturais e estruturais, a

exemplo da difusão da cultura política do protesto, da crise de representação política e da crise econômica de 2008.

Da *Iceland's Revolution* – massivos protestos realizados em 2008, na Islândia, à Primavera dos Estudantes, mobilização ocorrida no Chile, 2011, passando pelo Movimento de *los Indignados*, na Espanha, também em 2011, chegando à Europa oriental com a Maidan Revolução, na Ucrânia, em 2013, em seguida à *'Tree revolution'* na Turquia, em 2013, e aos massivos protestos no Brasil, também em 2013, permite-se afirmar que houve um verdadeiro movimento global – “Movimento das Praças” (Gerbaudo, 2016) – de conversão de ruas e praças em espaços políticos.

FIGURA 01



**Fonte:** The Complexities of Global Protests – (Carother & Youngs, 2015, n.p).

**Disponível em:** <<https://carnegieendowment.org/2015/10/08/complexities-of-global-protests-pub-61537>>.

Todos esses exemplos, listados acima, contribuíram para reacender o debate sobre a democracia representativa, especificamente sobre o diagnóstico de crise e degeneração da democracia, como também sobre a relação entre os representantes eleitos, o governo e a sociedade civil organizada. Esse conjunto de demonstrações públicas, sem precedentes na história do mundo pós-terceira onda democrática, levantou novamente questões sobre o

papel dos cidadãos no processo de formulação de políticas, assim como se os eleitores devem ter algum controle sobre decisões políticas; se sim, como e qual é a boa medida para isso.

Também, contribuíram para pôs em destaque quão bem o mecanismo tradicional de representação política da democracia moderna representa o interesse do cidadão comum. Além disso, esse ciclo de política contenciosa suscitou a discussão em torno da necessidade de outros mecanismos de representação, bem como de expandir ou criar maneiras mais eficazes de participação cidadã e *accountability*, que teriam a função de melhorar e aprofundar a democracia, tornando o poder mais permeável aos anseios dos cidadãos.

Há até aqueles que se perguntam sobre a legitimidade de formas disruptivas de ação coletiva (marchas, protestos massivos, ocupações...) em um contexto de oportunidades crescentes de participação política institucionalizada. No entanto, a recente onda de insatisfação parece mostrar que esses mecanismos de participação não estão funcionando bem, ou, pelo menos, não como deveriam funcionar.

Afinal, como argumenta David Meyer (2007), “as pessoas vão às ruas quando acreditam que não podem conseguir o que querem de outra maneira, e o número de pessoas que podem tomar as ruas a serviço de uma causa aumentou tremendamente” nas últimas décadas (Meyer, 2007, p.1).

Nesse contexto, essas reviravoltas democráticas globais revelam o significado das ruas, sugerindo que, quando transformadas em espaços de protestos – de ação política –, as ruas se constituem, em espaços políticos aberto; em outros termos, diz-se que ruas e praças, espaços de sociabilidade e do cotidiano social, são convertidas em lugares de engajamento cívico ou da cidadania ativa (Castro, 2018a; Borges, 2020).

Mesmo assim, questiona-se se protestar ou se protestos públicos são eficazes para alcançar mudanças sociais, culturais e políticas, e se é uma atividade com consequências para além daqueles envolvido no ato ou movimento de protestos; ou seja, pergunta-se se protestar traz resultados ou impactos institucionais para democracias novas e estabelecidas.

Antes de abordar essas questões, se faz necessário pensar no papel das ruas no mundo contemporâneo, principalmente em um contexto de expansão e maturação de regimes democráticos de governos em todo o mundo. Nessa direção, buscou-se, na próxima

seção, contextualizar e situar o debate sobre a potência política das ruas – impactos político-institucionais – dentro da discussão sobre democracia e crise de representação política.

## II. As ruas e a democracia

Occupy! Vem pra rua! Reclaim the Streets! Forjadas por manifestantes e movimentos de protesto, essas e tantas outras expressões, ao fazerem alusão à rua e à presença de cidadão ativos nos espaços abertos das cidades, indicam a compreensão da rua como um espaço de ação política.

Dotadas de grande força imperativa, essas frases e palavras de ordem têm aparecido com frequência como slogans em diversos episódios de confronto político e movimentos de protestos, como também em campanhas políticas nas redes sociais digitais.

“Manifestantes tomaram as ruas...”, “Nas ruas, milhares protestaram...”, “Centenas de pessoas saíram às ruas para protestar...”, “*people take to streets to protest...* (pessoas vão às ruas para protestar)”, “*Million Protesters Out on the Streets...* (“Milhões de manifestantes nas ruas...”).

Ao longo dos últimos anos, frases como essas adquiriram destaque nos noticiários e se tornaram nas principais manchetes de jornais e revistas, nacionais e internacionais, como destaque noticiário para diversos episódios de protestos ocorridos em diversos países, a partir de 2008.

Por sua vez, manchetes como essas têm contribuído para reforçar a ideia de que protestar tem se tornado uma atividade cada vez mais comum, em todo o mundo, e para realçar a intencionalidade política da ação do cidadão indignado, manifestantes, ativistas e ações organizadas de grupos de interesses, que fazem dos espaços abertos das cidades espaços políticos de expressão política e demanda.

Frases como essas também chamam atenção para a rua, quando espaço de ação política, e para o potencial poder instituinte da rua. A Praça é do povo<sup>2</sup>, já dizia o poeta. Assim, as demonstrações de rua revelam que uma multidão está indignada com o Palácio; e

---

<sup>2</sup> Em referência ao poema ‘O Povo ao Poder’, escrito por Castro Alves (1847-1871), poeta abolicionista brasileiro.

é nessa posição de tensão permanente entre a rua (e a Praça) e as instituições dos poderes constituídos (Palácio) que a política democrática se constitui.

Esse nexos existente entre ruas e arenas institucionais revela que a rua é, em certos momentos e sob determinadas condições, convertida em espaço político aberto de participação política ativa, sendo assim transformada em um campo para a pressão popular, para a expressão de insatisfações e reivindicações e para demonstrações da vontade coletiva (de um grupo) por mudanças.

Nessa direção, o conjunto de mobilizações políticas ocorridas nos últimos anos, assim como o permanente rogo pela manifestação nas ruas e pela ocupação dos espaços abertos das cidades —*Toma La Calle! Toma la piazza! Vem pra Rua! Take Back the Streets!*— endossam a compreensão da rua e da praça como espaços da democracia.

Assim, nessa seção, discute-se o papel das ruas na democracia e no processo político de instituição de mudanças políticas e sociais, bem como procura-se discutir a condição da democracia no mundo contemporâneo e sua relação com os movimentos sociais e a atividade de protesto, em um contexto de difusão da cultura de protestos e de institucionalização dos movimentos sociais.

Mas antes, é importante anunciar e sublinhar, de modo sucinto, a conexão entre essas mobilizações políticas e o estado da democracia nesse contexto político. Intérprete dos recentes episódios de confronto político, Paolo Gerbaudo (2017a, 2019), destaca que esses protestos são reações ao aumento do poder oligárquico, representado pelos lobbies, políticos de carreira e pelo mercado financeiro, sobre a política democrática.

Nessa mesma direção, muito tem se falado sobre crise de legitimidade da democracia representativa, que se encontra comprometida por déficits democráticos, em determinados países e governos, e ou pelas imperfeições da democracia representativa, ou ainda pelo monopólio da coisa pública por interesses não republicanos.

Para Della Porta (2012), as mobilizações políticas iniciadas na Europa e nos Estados Unidos, em 2011, representam a face mais visível de uma insatisfação generalizada com a qualidade e o declínio dos regimes democráticos e, portanto, são sintomas de uma generalizada crise de legitimidade política que reconfigurou os sistemas partidários no sul da Europa (Della Porta & Porto, 2016).

Ainda nessa linha argumentativa, questiona-se: é democrático que os cidadãos comuns utilizem as ruas para constranger, persuadir e obter influência sobre as decisões, processo de formulação de políticas, legislação e agendas do governo? Quanto de influência os cidadãos comuns, ativistas e manifestantes devem ter sobre a política do governo? É legítimo que governos eleitos democraticamente ignore a opinião pública, ainda que minoria?

No contexto da crise financeira global de 2008, diversos países da Europa tentaram e ou implementaram políticas de austeridades, suscitando protestos e mobilizações políticas contrárias às decisões e medidas adotadas pelos governos frente aos efeitos da crise global. Fominaya (2017) e Rovisco, Veneti & Poulakidakos (2017) argumentam que essas manifestações antiausteridade buscaram contestar as narrativas hegemônicas que definem tanto a crise financeira quanto as políticas de austeridade como resultado inevitáveis desse mesmo processo.

Nessa linha de raciocínio, López & San Juan (2014) enquadram o Movimento de *'los Indignados'*, iniciado em 2011, Espanha, como um movimento de oposição direta àquilo que Charles Tilly intitulou como processo de *'de-democratisation'* (des-democratização). O pensamento de Tilly sobre o regime democrático se afasta das concepções minimalistas e elitistas de democracia, e o autor argumenta que o regime democrático é ameaçado pela desigualdade social.

Para Della Porta & Porto (2020) e Gerbaudo (2017a), as mobilizações antiausteridade na Europa foram sintomáticas da crise de democracia liberal e do aumento das desigualdades econômicas no continente. Nesse contexto, Della Porta (2012) argumenta que a confiança do cidadão nas instituições representativas está diminuindo, enquanto a desconfiança tem crescido.

Ainda nessa linha argumentativa, Edward Carr (2019) defende que o poder de influência de corporações financeiras sobre os governos tem se intensificado nas duas últimas décadas nos Estados Unidos e no oeste da Europa, o que tem contribuído para o declínio da qualidade da democracia nesses países, bem como para a insatisfação dos eleitores com a classe governante e para o aumento do sentimento de que os políticos eleitos têm representados os próprios interesses.

Citando a situação da França durante o auge do movimento Coletes Amarelos, Carr (2019) revela que cerca de 70% da população acreditava que os políticos franceses são corruptos e apenas 32% confiam no governo, enquanto a média global é 47%. No entanto, 83% dos franceses acreditam que o regime democrático é, ainda, a melhor forma de governo.

Porém, a sensação de desconexão entre cidadãos eleitores e políticos eleitos também tem crescido nos últimos anos, assim como a crença de que a classe política tem sido incompetente e tem fracassado na garantia do bem-estar geral da sociedade. Não foi à toa que em maio de 2011 teve início, na Grécia, o movimento de desobediência civil ‘*We won't pay*’ (Nós não vamos pagar), contra medidas delineadas pela Troika<sup>3</sup> como condição para o resgate econômico do país.

Ainda segundo Carr (2019), tem crescido o cinismo popular sobre os representantes eleitos nos Estados Unidos. Em 2019, apenas 17% dos norte-americanos disseram confiar nos governantes, enquanto no ano de 2000 o percentual daqueles que confiavam nos políticos eleitos era 40% (Carr, 2019). Mosca (2014) também argumenta que “a corrupção política e os escândalos expostos pela mídia aumentaram o cinismo e o desapego das pessoas em relação à política” (Mosca, 2014, p. 36).

Nesse contexto e seguindo o pressuposto de Charles Tilly (2003), quando se “enfraquece as proteções para a maior parte dos cidadãos e aumenta-se as oportunidades dos ricos e poderosos para intervir seletivamente nas políticas públicas em seu próprio nome” instala-se a possibilidade de ocorrência do fenômeno de des-democratização do regime democrático (Tilly, 2003, p. 40).

Assim como Tilly, Pierre Rosanvallon (2019) estabelece um vínculo inexorável entre desigualdade e democracia. Segundo Rosanvallon, o aumento de desigualdades sociais promove uma erosão da legitimidade democrática, atizando debates em torno do diagnóstico de crise da democracia representativa.

De acordo com o historiador francês, “entre a Primeira Guerra Mundial e a primeira crise do petróleo, nos anos 1970, na Europa e nos Estados Unidos, houve uma redução espetacular das desigualdades” sociais, de modo que “podemos dizer que, para a Europa, o

---

<sup>3</sup> Termo utilizado para se referir ao conjunto formado por três instituições: Comissão Europeia (CE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE).

século XX foi o século da redução das desigualdades. Agora estamos no século da multiplicação das desigualdades” (Rosanvallon, [2012] 2019, n.p).

Ainda segundo o autor supracitado, embora tenha ocorrido avanços na democracia política e nos direitos do cidadão, ao longo das últimas houve o “paulatino desaparecimento do laço social que cria e alimenta as sociedades democráticas” (Rosanvallon, [2012] 2019, n.p).

Simon Tormey (2016), no entanto, chama atenção para o fato de que “nunca houve um período na evolução da democracia representativa em que alguém em algum lugar não declarou que a democracia estivesse em crise” . Contudo, na conjuntura atual, é alto o grau de consenso subjacente a essa ideia (Tormey, 2016, n.p).

Ao analisar-se várias medidas usadas por cientistas políticos para medir a saúde e o bem-estar da democracia representativa, conclui-se que esses indicadores —participação e abstenção de eleitores, participação em partidos, confiança em políticos e interesse em política— estão em tendência de queda.

Por outro lado, embora a confiança política, a satisfação e a participação dos eleitores estejam em queda, a onda recente de confronto político em diversos países, em todas as partes do mundo, revela três importantes coisas: i) os cidadãos não estão apáticos, tão pouco alienados da vida política e do rumo dos governos, ii) apesar da desconfiança e do cinismo sobre os representantes eleitos, os cidadãos acreditam que a democracia ainda é o melhor sistema de governos, iii) diferente dos movimentos anarquistas e autonomistas do século XX, cujo horizonte político era a rejeição das instituições do Estado, as mobilizações políticas recentes reclamaram por maior participação popular na tomada de decisões e maior soberania frente a influência do poder econômico sobre as políticas, além de constituírem reações contrárias à corrupção. É o que defende Paolo Gerbaudo (2017a).

Para Gerbaudo (2017b), os movimentos antiausteridades no sul da Europa – *Democracia Real Ya!* e *los indignados* na Espanha, e o *Real Democracy Now*, na Grécia –, por exemplo, ao invés de pedirem o fim do Estado e da instituição democrática, buscaram apontar imperfeições no sistema democrático e alertar para um movimento de declínio da qualidade da democracia, associado ao aumento da desigualdade social e da interferência das elites econômicas e políticas no processo político. Na opinião do autor, esses foram

movimentos pró-democracia, antioligárquicos e pela recuperação da cidadania, ao contrário do que os adeptos da corrente anarquista e ou neo-anarquista tendem a afirmar.

Ademais, embora menos pessoas estão votando ou ingressando em partidos políticos, e o interesse pela política parlamentar está diminuindo rapidamente, segundo Tormey (2015) os partidos de oposição e radicais, que deveriam se beneficiar do desencanto público com a política, também estão sendo afetados.

Todavia, Gerbaudo (2017a, 2017b) argumenta que um dos desdobramentos das mobilizações foi exatamente a criação de partidos políticos para a participar da política eleitoral e não negação da democracia representativa, mas sim a reivindicação de maior controle sobre e participação sobre as decisões governamentais, especialmente em um contexto de ameaça a direitos sociais e de crescente desigualdades sociais.

No Brasil, alguns dos seus mais célebres talentos como José Álvaro Moisés e Renato Janine também interpretam as Jornadas de Junho de 2013 (JJ-2013) como uma manifestação sintomática de problemas na democracia brasileira. Segundo Moisés (apud Maciel [2013]2020, n.p), o plano de fundo das ‘JJ-2013’ é “um profundo mal-estar com a democracia existente no Brasil”. Para Moisés, “tivemos avanços extraordinários em termos de reconhecimento de direitos nas últimas décadas, mas, visivelmente, tem áreas em que ela [a democracia] funciona mal, e provavelmente o maior déficit é o da representação” (MOISÉS apud MACIEL, [2013]2020, n.p).

De acordo com Nogueira, as vozes das ruas das ‘JJ-2013’ deram visibilidade à crise da política, cujo âmago era o colapso da representação política e o divórcio entre o Estado e a sociedade (Soares apud Nogueira, 2013, p. 32). Ainda nessa direção, Nogueira (2013) argumenta que a indignação social contra a classe política e o sistema político tomou corpo e visibilidade. Segundo o autor, as massas que foram às ruas em junho de 2013 questionaram o modo como a representação política está estruturada no país e, assim, contestaram o “arranjo político protagonizado por pessoas, grupos e classes, interesses econômicos e organizações que, por vias ora dissimuladas ora explícitas, têm-se associado para governar o país” (NOGUEIRA, 2013, p. 20).

Além disso, diante do estado técnico e tecnológico do mundo contemporâneo e das redes sociais digitais o eleitor tem se comportado e agido como “povo-vigilante”, “povo-

veto” e “povo-juiz” (termos tomados emprestados de Pierre Rosanvallon). Ou seja, cada vez mais a sociedade toma conhecimento de atos e acompanham os passos da elite dirigente, e se posiciona quando julga que a posição e o comportamento do representante eleito vão na mão contrária daquilo que o eleitor, cidadão e a sociedade julga como sendo o adequado e compatível com as obrigações assumidas pelo representante – em jamais colocar interesses particulares acima dos interesses coletivos.

Pierre Rosanvallon (2011,2008) tem ofertado frutíferas contribuições para a compreensão do estado atual da democracia e, por sua vez, das mobilizações políticas recentes. De acordo com o historiador, a história da democracia sempre envolveu tensão e conflito em torno de dois de seus atributos políticos —legitimidade e confiança—.

Enquanto legitimidade é um “fato estritamente processual”, jurídico e resultado do voto, confiança é algo muito mais complexa, é um tipo de “instituição invisível”. Ainda segundo Rosanvallon (2008b), a confiança “representa uma expansão da legitimidade, na medida em que acrescenta a um mero atributo processual uma dimensão moral (integridade no sentido mais amplo) e uma dimensão substantiva (preocupação com o bem comum)” (Rosanvallon, 2008, p. 3).

Nessa direção, convencido do potencial democrático da desconfiança delineado por Rosanvallon, o qual é endossado pela notável cientista política e social Donatella della Porta, argumenta-se aqui que a atividade de protesto e os movimentos sociais desempenham um importante papel no processo democrático (Della Porta, 2012)) e que, portanto, as ‘ruas’ —espaços políticos abertos— constituem recursos democráticos integrantes do sistema democrático, tendo poder instituinte e potencial de produzir impactos no sistema político.

Admite-se aqui que mobilizações políticas e movimentos sociais podem desempenhar funções democráticas e, à vista disso, que as ruas enquanto espaços políticos de demandas (Castro, 2018a) são recursos democráticos complementares à legitimidade processual advinda das urnas, que, como revela os cidadãos indignados em todo o mundo, tem sido desvirtuada e corrompida.

Ainda assim, embora diversas autoridades no assunto como Doug McAdam (2014), Sidney Tarrow (2011), Donatella Della Porta (2016), Marco Giugni (1999), Alberto Melucci, Mark Traugott, (1995) David Mayer (2007), James Jasper (2016) entre outros, reconhecem

os movimentos sociais e episódios de confronto políticos como vetores de mudança política —nos processos de transição e ou expansão do regime democrático, é importante reconhecer que as ruas também são utilizadas contra a democracia— espaço de atos antidemocráticos.

No entanto, buscou-se apresentar, na próxima seção, alguns desdobramentos dos movimentos de protestos ocorridos na Europa, nos últimos anos, e os impactos desses episódios de confronto político no sistema político-partidário e, por sua vez, no resultado de eleições realizadas após as manifestações.

### **II.1. Das ruas para a arena eleitoral: movimentos de protestos e os sistemas político-partidários**

Della Porta *et al.* (2017) em estudo sobre a onda recente de protestos ocorridas em países da Europa, em reação contrária as tentativas de implementação de políticas de austeridades e contra os partidos do *establishment*, revelam que novos partidos políticos surgiram na Grécia, Espanha e Itália, e que esses novos partidos, denominados de “partidos de movimentos”, obtiveram sucesso eleitoral.

Outros autores como Chironi e Fittipaldi (2017) também têm chamado atenção para a relação causal entre essas mobilizações e protestos antiausteridades e pró-“real democracia” e a ascensão de novos partidos na Europa. Segundo Dunphy (2017), desde o início da crise financeira europeia, em 2008, essa onda movimentos de protesto e de ativismo social desafiou a política partidária estabelecida e impactou o sistema político partidário.

De acordo com Lorenzo Mosca, “a crise econômica duradoura, as medidas de austeridade e os escândalos de corrupção criaram um ambiente favorável ao advento de novos atores políticos em toda a Europa”<sup>4</sup> (Mosca, 2014, p. 36). Nessa esteira, diferentes atores emergiram dessas mobilizações e influenciaram a arena eleitoral.

Nessa direção, Pirro (2019) lembra que relação entre movimentos sociais e movimentos de protestos e a reestruturação dos sistemas partidários não é nova. Um

---

<sup>4</sup> No original: “The enduring economic crisis, austerity measures and corruption scandals have created a favourable environment for the advent of new political actors all over Europe” (Mosca, 2014, p. 36).

exemplo disso é a emergência de partidos na América Latina e na Europa, cuja base foram os movimentos trabalhista, de esquerda libertária e verde (ambientalistas).

Nota-se, no entanto, que embora influenciados por princípios (neo)anarquista, há uma grande diferença entre essas mobilizações e os movimentos dos anos 1990, a exemplo do *Reclaim the Streets*, de cunho anárquico, e do emblemático movimento antiglobalização ocorrido em Seattle (Batalha de Seattle), nos Estados Unidos, em 1999. As manifestações recentes não rejeitam as instituições democráticas, embora tenham feito duras críticas a essas, mas sobretudo, buscaram reestruturar o sistema político participando dele.

Assim, Rüdig & Karyotis (2018) sinalizam que os movimentos antiausteridades surgiram em muitos países europeus desde 2010, porém, apresentando grandes diferenças na experiência de cada país em termos de força, estilo e impacto na política partidária e nos resultados eleitorais, e eles coincidem com grandes protestos em outras partes do mundo, incluindo a ‘Primavera Árabe’ e o movimento *Occupy* nos EUA.

Segundo Gerbaudo (2017a), a crise financeira de 2008 e a recessão que se seguiu afetaram seriamente as condições de vida de dezenas de milhões na Europa e na América do Norte, sendo as classes baixa e média atingidas por desemprego, queda nos salários, insegurança no trabalho, endividamento, aumento de impostos e encolhimento de serviços públicos, erodindo o estado de bem-estar social-democrático.

“O sul da Europa, Espanha e Grécia experimentaram graves dificuldades econômicas”. Na Grécia, “a economia encolheu cerca de um quarto desde o início da crise. O desemprego disparou, atingindo um pico de 24,2% em 2012, com a taxa de desemprego entre os jovens em 55,3%, no mesmo ano”<sup>5</sup> (Gerbaudo, 2017a, p. 45).

Em fevereiro de 2011,

a eurocrise está a todo vapor na Espanha. O desemprego atinge 22%, e 47% entre os jovens. [...] sob pressão da Alemanha e do FMI, o governo socialista, revertendo sua promessa eleitoral de 2008,

---

<sup>5</sup> No original: “In southern Europe, Spain and Greece experienced severe economic distress. [...] economy shrinking by about one quarter since the beginning of the crisis. Unemployment has skyrocketed, reaching a peak of 24.2% in 2012, with the youth unemployment rate at a staggering 55.3% the same year” (Gerbaudo, 2017a, p. 45).

promove cortes orçamentários cada vez mais profundos (Castells, 2013, p. 90).

Em 15 de maio de 2011, um pequeno grupo de pessoas decidiu acampar na Puerta del Sol, em Madri, Espanha, com o *slogan* “*Democracia Real Ya! Ocupe as ruas. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros!*”, dando início as acampadas (acampamentos nas ruas e praças).

Álvarez-Benavides (2018) narra o nascimento do 15M, movimento de *los indignados*. De acordo com o autor,

[...] quase um mês de acampamento, manifestações em mais de 60 Cidades espanholas, mais de um milhão de pessoas nas ruas, mais de 500 assembleias em todo o mundo e uma série de mobilizações paralelas e irmãs, como os diferentes movimentos de ocupação. A política tradicional não atendeu às aspirações, necessidades e demandas de uma parte importante do público em geral e, assim, nasceu a 15M, conhecida internacionalmente como Movimento dos Indignados (movimento antiausteridade)<sup>6</sup> (Álvarez-Benavides, 2018, n.p).

Castells (2013) retrata os indignados como um movimento político contra o sistema político, cujo objetivo maior foi a transformação do sistema político democrático, de modo que reforma da lei eleitoral, para torná-la proporcional e viabilizar uma representação adequada das minorias, e referendos obrigatórios foram alguns dos temas mais populares.

O 15M foi um movimento político apartidário, sem filiação ou simpatia partidária, composto em sua maioria por jovens com visões ideológicas e políticas plurais, que, segundo López & San Juan ([2014] 2019, p.4), obteve “muito sucesso, embora ainda não tenha cumprido muitos de seus objetivos mais explícitos”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> No original: “[...] almost a month of camping, demonstrations in more than 60 Spanish cities, more than a million people in the streets, more than 500 assemblies around the world and a series of parallel and sister mobilizations, such as the different occupy movements. Traditional policy did not fulfil the aspirations, needs and demands of an important part of the general public and thus 15M was born, internationally known as the Indignados Movement (anti-austerity movement) (Álvarez-Benavides, 2018, n.p).

<sup>7</sup> No original: “(15M has been a) very successful movement although it has not fulfilled yet many of its most explicit goals”.

Após quatro anos de insatisfação social e do movimento dos Indignados nasceria o Podemos, partido político liderado por Pablo Iglesias para representar os integrantes e simpatizantes do 15M que não se sentiam representados pelos partidos tradicionais. Segundo Álvares-Benevides (2018), o Podemos nasceu como uma coalizão com outras novas formações e “[...] conseguiu obter acesso ao governo em várias cidades espanholas, além de adquirir uma notável relevância e representação política em quase todas as regiões da Espanha e em nível estadual” (Álvarez-Benavides, 2018, n.p).

“Não, não, não eles não nos representam!” (*“Que no, que no, que no nos representan!”*) foi entoado em maio de 2014 durante as comemorações do resultado eleitoral obtido pelo Podemos nas eleições Europeia. O novo partido conseguiu 8 por cento do voto popular e conquistou cinco cadeiras, 1,2 milhão de votos, nas eleições europeias da Espanha, apenas três meses após o partido ter sido criado.

Para Gerbaudo (2017a), a virada eleitoral provocada pelo Podemos demonstra como “as críticas vocais do movimento aos representantes políticos acabaram por levar não a uma rejeição anarquista das políticas representativas, mas a um impulso populista de construir novas formas de representação que pudessem canalizar as demandas populares para o Estado”<sup>8</sup> (Gerbaudo, 2017a, p.223).

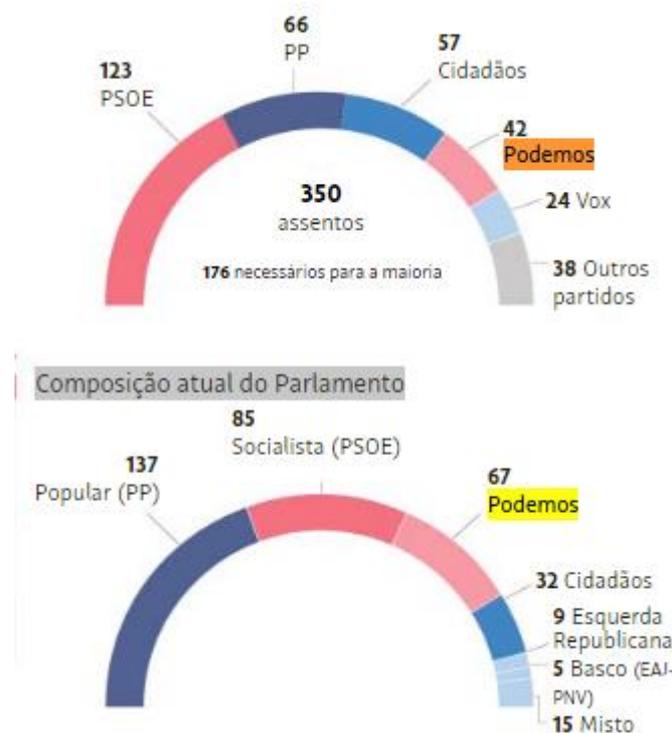
Em 2015 e 2016, durante as eleições legislativas o Podemos conquistou um total de 67 cadeiras no parlamento espanhol, ocupando a terceira posição dos partidos em número de assentos, estando atrás apenas do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e do Partido Popular (PP), respectivamente com a primeira e a segunda maior bancada (Figura 02).

Em 2019, embora o partido tenha deixado a terceira posição e passado à quarta com 42 assentos, o desempenho do Podemos, um partido novo, é considerado pela literatura especializada como sendo um sucesso, impactando o sistema eleitoral e a representação política na Espanha.

---

<sup>8</sup> No original: “[...] demonstrates the way in which the movement's vocal criticism of political representatives has ultimately led not to an anarchistic wholesale rejection of representative politics, but rather to a populist drive to construct new forms of representation that could channel popular demands into the state” (GERBAUDO, 2017a, p.223).

Figura 02: Composição do parlamento da Espanha, 2019 e 2016



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/eleicao-na-espanha-registra-forte-comparecimento-as-urnas.shtml>

Nota-se, na Figura 02, que os três maiores vencedores das eleições legislativas de 2016, PSOE, PP e Podemos, perderam um número considerável de assentos no parlamento em 2019. É possível observar que o Cidadão (*Ciudadanos*) partido nacionalista e de centro-direita, e o Vox, partido de extrema-direita, obtiveram conquistas importantes.

Na Grécia, a oposição generalizada às medidas de austeridades gerou, entre 2010 e 2015, três ondas de protesto contra a implementação de medidas estabelecidas pela Troika como condição para o resgate econômico do país, que sofria com a combinação dos efeitos decorrentes da crise financeira de 2008 e má gestão pública.

Similar ao que houve na Espanha em 2014, onde a intensa mobilização política teve como resultado um “movimento partido” —o Podemos, na Grécia, após tanto os governos de centro-direita e de centro-esquerda impondo austeridade no período de 2008-2012, os tradicionais partidos políticos enfrentaram uma severa punição eleitoral.

No trecho a seguir, Rüdig & Karyotis sumarizam uma série de mobilizações antiausteridade na Grécia que culminariam na emergência de uma Coalizão da Esquerda Radical (SYRIZA):

A primeira onda consiste no protesto em massa antiausteridade que surgiu em 2010 e se intensificou após o acordo de resgate em maio [...] A segunda onda de protestos ocorreu em 2011 e viu não apenas um maior aumento na participação (Diani e Kousis, 2014), mas também uma expansão de suas atividades, notadamente com a ocupação de praças centrais por um novo movimento de inspiração indignada chamado Αγανακτισμένοι [Aganaktismeni] [...] Uma terceira onda de mobilização, a partir de meados de 2012, coincidiu com uma mudança parcial de foco das ruas para a arena eleitoral, com um partido anteriormente marginal, a Coalizão da Esquerda Radical (SYRIZA), estabelecendo-se como o principal partido do movimento<sup>9</sup> (Rüdig & Karyotis, 2014, p. 159).

Assim como o Podemos na Espanha, a Coalizão da Esquerda Radical (SYRIZA) impactou o sistema político eleitoral grego. O Aganaktismeni teve implicações para o aumento fenomenal do apoio aos partidos de esquerda, particularmente ao Syriza, nas duplas eleições de 2012, e o sucesso eleitoral do partido é, parcialmente, atribuído a sua capacidade de atrair oponentes da política de austeridade que não são necessariamente radicalizados em termos de ideologia (Rüdig & Karyotis, 2014).

Na Itália, segundo Mosca (2014) a conjugação dos efeitos da crise financeira de 2008 com diversos escândalos de corrupção “abriu oportunidades para pessoas de fora na arena política, que foram aproveitadas por um empresário político incomum: o comediante Beppe

---

<sup>9</sup> No original: The first wave consists of the anti-austerity mass protest that emerged during 2010 and intensified after the bailout agreement in May [...] The second wave of protest occurred in 2011 and saw not only a further increase in participation [...] but also an expansion of its activities, notably with the occupation of central squares by an Indignados-inspired new movement called the Αγανακτισμένοι [Aganaktismeni] [...] A third wave of mobilisation, from mid-2012 onwards, coincided with a partial shift of focus from the streets to the electoral arena, with a previously marginal party, the Coalition of the Radical Left (SYRIZA), establishing itself as the main party of the movement” (Rüdig & Karyotis, 2014, p. 159).

Grillo e seu movimento *Cinque Stelle* (Movimento Cinco Estrelas, FSM)<sup>10</sup> (MOSCA, 2014, p. 39).

Fundado em outubro de 2008, o FSM participou inicialmente de eleições locais, e, em 2010, nas eleições regionais, obtendo um resultado positivo nas regiões norte do país, embora ainda fosse fraco na áreas centro-sul da Itália. No entanto, o “boom eleitoral e a institucionalização” do FSM aconteceria em 2012, relata Mosca (2014):

O verdadeiro ponto de virada nos resultados eleitorais do movimento ocorreu nas eleições locais de maio de 2012, quando ele elegeu quatro prefeitos (um na cidade de Parma) e obteve mais de 10% dos votos em muitas áreas do norte. Após esse 'boom eleitoral', a ascensão do movimento pareceu imparável: tornou-se o partido mais votado nas eleições regionais da Sicília em novembro de 2012 e o primeiro partido (excluindo os votos dos italianos residentes no exterior) na câmara baixa do parlamento em geral eleições de fevereiro de 2013 (Mosca, 2014, p.43-44).

Conclui-se, assim, que as mobilizações políticas ocorridas na Espanha, Grécia e Itália perturbou o sistema político. Nas ruas, membros-participantes desses movimentos de protestos conquistaram visibilidade e projeção política, se tornando em líderes de partidos nascidos a partir das mobilizações contra a imposição de medidas de austeridades, ocupando, assim, partes da brecha que havia sido ignorada ou gradualmente abandonadas pelos partidos políticos tradicionais (Mosca, 2014).

### III. Impactos políticos institucionais

Embora a literatura especializada sobre consequências de movimentos sociais e impactos desencadeados e ou obtidos por atividades de protesto esteja se tornando abundante no mundo anglófono, especialmente após a publicação do livro *How social movements matter*, em 1999, por Marco Giugni, Doug McAdam e Charles Tilly, há ainda poucos trabalhos de cunho metodológico dedicados à análise de impactos produzidos pelo confronto político.

---

<sup>10</sup> No original: “[...] opened up opportunities for outsiders in the political arena, and these were grasped by an unusual political entrepreneur: the comedian Beppe Grillo and his Movimento Cinque Stelle (Five Star Movement, FSM)” (Mosca, 2014, p. 39).

Também, ainda que diversos estudiosos (Aleman, 2015; Amenta et al.2012; Giugni, 2008; Doug McAdam & Yang Su, 2002) reconheçam que movimentos sociais (MS) e a política contenciosa resultem em consequências políticas, observa-se uma negligência com a definição dos diferentes tipos de resultados relacionados aos MS e à atividade de protestos.

Desse modo, essa seção tem quatro objetivos: i) introduzir os tipos de consequências e conceituar impacto político e os seus tipos, ii) apresentar um esquema metodológico para a investigação dos resultados de mobilizações políticas, iii) discutir os tipos de respostas institucionais a movimentos de protestos e iv) exemplificar os tipos de impactos políticos.

A literatura especializada define três tipos de resultados e consequências relacionadas ao confronto político, que, por sua vez, estão relacionados à escala, à métrica e à substância dos espaços políticos. Assim, estudiosos têm destacado três tipos amplos de resultados. Primeiro, alguns pesquisadores têm dado ênfase às consequências pessoais e biográficas dos movimentos sociais, com foco nos “efeitos sobre o curso da vida de indivíduos que participaram de atividades de movimentos [MS], efeitos que são pelo menos, em parte, devidos ao envolvimento nessas atividades”<sup>11</sup> (Giugni, 2008, p.1589).

O segundo tipo de consequências e impactos envolve “mudanças culturais ou mudanças nas normas e comportamentos sociais nos quais os atores políticos operam” (Bosi, Giugni & Uba, 2016, p.4) e a capacidade do MS em promover mudanças no seu ambiente cultural (Giugni, 2008). Para Giugni (2008), esse é o tipo de impacto mais profundo e duradouro.

Já o terceiro tipo diz respeito a mudanças políticas ou aos efeitos da atividade de protesto que alteram, de alguma forma, o ambiente político dos movimentos, e envolve: a aceitação dos MS e dos manifestantes pelas autoridades políticas como atores legítimos e a conquistas de direitos e ou novos ganhos para o movimento ou o grupo em nome do qual o MS se mobiliza.

A categoria impacto político pode ser, assim, subdividida em subtipos: impactos processuais (aceitação), substantivos (novas vantagens) e estruturais (alteração das

---

<sup>11</sup> No original: “[...] effects on the life-course of individuals who have participated in movement activities, effects that are at least in part due to involvement in those activities” (GIUGNI, 2008, p.1589).

condições estruturais em que os movimentos agem, por exemplo, provocando a queda de um governo) (Giugni, 2008; Kitschelt, 1986).

A seguir, no Quadro 01, apresenta-se uma síntese com os três tipos de resultados relacionados à atividade de protestos e ações de MS, com possíveis consequências, internas: para os manifestantes e integrantes de movimentos sociais, e externas: desdobramentos sociais e político-institucionais desencadeados pela mobilização.

#### Quadro 01: Tipos de consequências de movimentos e da atividade de protesto

	Interno	Externo
<b>Política</b>	Relações de poder dentro de um movimento ou organização de movimento social.	Mudança substancial (política), processual, institucional.
<b>Cultural</b>	Mudança de valor dentro de um movimento, organização de movimento social ou setor do movimento.	Opinião pública, atitudes e comportamentos sociais.
<b>Biográfica</b>	Padrões de curso de vida dos participantes do movimento.	Padrões ao longo da vida de alvos da ação coletiva/confronto político.

**Elaboração:** O próprio autor – Sérgio Borges. **Baseado em:** Kitschelt (1986) & Giugni (1999).

É possível observar, no quadro anterior, que o resultado externo do impacto político abarca mudanças políticas e institucionais. Assim, ainda com base nos trabalhos de Kitschelt (1986) & Giugni (1999) foi possível criar uma tipologia (Quadro 02) de impactos relacionados às mudanças políticas decorrentes das ações de MS e das atividades de protesto.

#### Quadro 02: Tipos de impactos políticos relacionados a protestos e movimentos sociais

Tipos	Características	Mudanças políticas
<b>Processual</b>	Altera a relação de poder entre desafiantes e autoridades.	Abre novos canais de participação para manifestantes e reconhece sua participação como legítima.
<b>Substantivo</b>	Mudanças de política em resposta ao protesto.	Mudanças na legislação, proposta legislativa e política.
<b>Estrutural</b>	Fornecer alterações sistêmicas mais profundas, mais amplas e, geralmente, mais duráveis.	A transformação da própria estrutura de oportunidades políticas.

**Elaboração:** O próprio autor – Sérgio Borges. **Baseado em:** Kitschelt (1986) & Giugni (1999).

Tendo como referência essa classificação tipológica e a delimitação do conceito de impacto político e do material empírico obtido e analisado em pesquisa realizada por Borges (2020) sobre as manifestações ocorridas no Brasil, em 2013, o autor argumenta-se que a rua é um espaço político<sup>12</sup> com poder instituinte, ou seja, foi possível identificar uma série de consequências relacionadas ao plano político e, por sua vez, impactos substantivos das ruas nos espaços políticos exclusivos —Congresso e Presidência, Câmara Legislativas e Prefeituras.

Este tipo de impacto diz respeito às mudanças de políticas em resposta aos protestos, o que abrange leis, propostas legislativas, agendas de governos e políticas públicas. É exatamente essa conexão entre cidadãos, processo político e políticas (Distributivas, Redistributivas, Regulatórias, Constitutivas, Constitucionais ou Estruturadoras) que convida os diferentes campos disciplinares a participar do debate e oferecer contribuições sobre o lugar dos espaços políticos dentro do sistema político e de governo.

Baseada em uma terceira tipologia, Quadro 03, elaborada tendo como referência os trabalhos de Burstein, Einwohner, Hollander (2005) e Giugni (2004), é possível avaliar os tipos de respostas dadas pelos poderes constituídos a reivindicações de manifestantes e de movimentos de protestos.

---

<sup>12</sup> Partindo do suposto original de Castro (2016;2018a), buscou-se apresentar evidências empíricas sobre a conversão de ruas em espaços políticos, mas, principalmente, apontar a potência política (impactos) desse espaço concreto.

### Quadro 03: Tipos de respostas dadas por governos às ações de movimentos sociais e movimentos de protestos

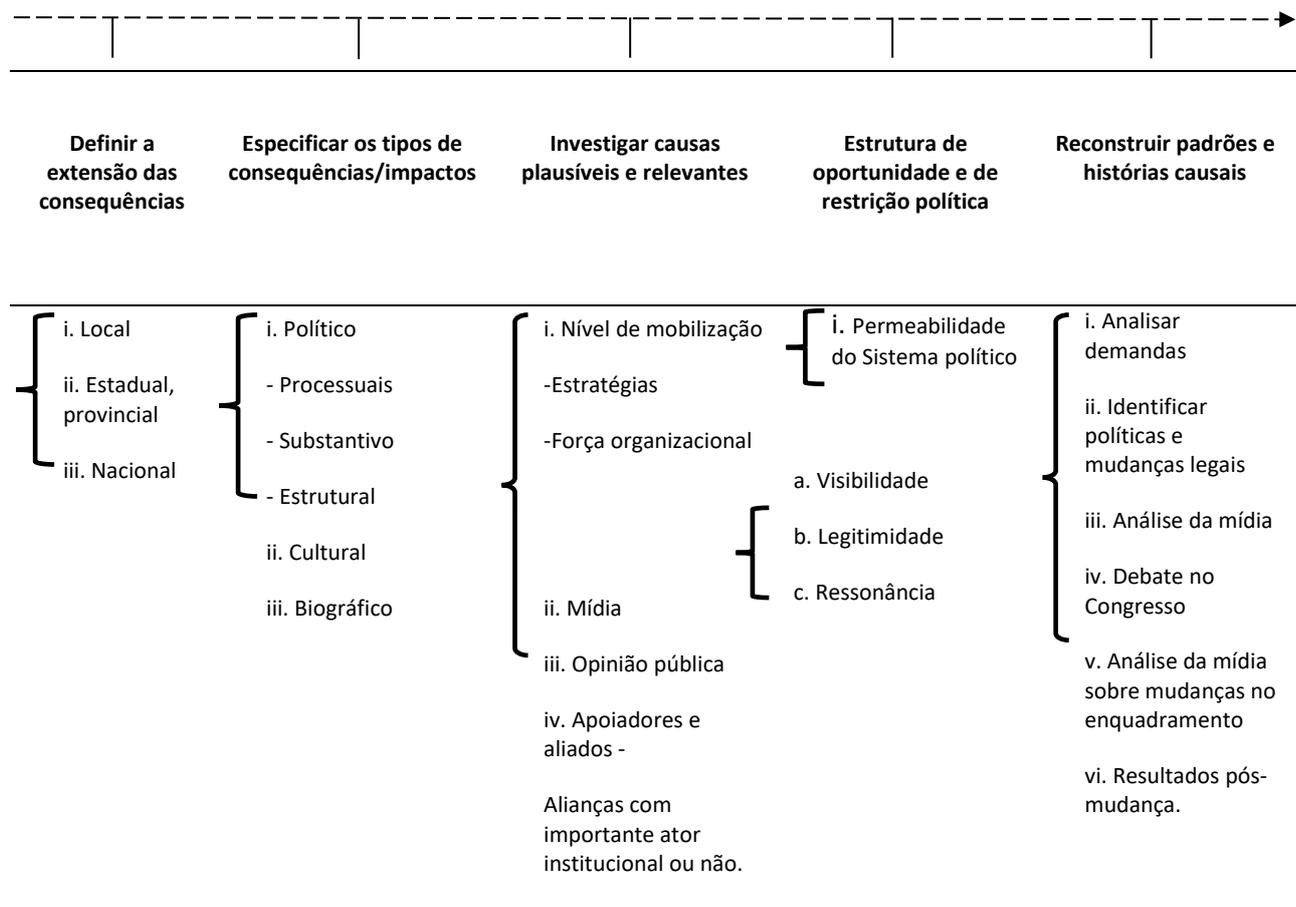
Tipos	Característica	Exemplos
<b>Acesso</b>	A “permeabilidade” do sistema político e das autoridades estatais em relação aos movimentos sociais e sua reivindicação	Os participantes do movimento testemunham na audiência do congresso; enviam petições...
<b>Agenda</b>	A inclusão de uma questão nas agendas governamentais ou públicas	Projeto de lei desejado introduzido no Senado ou na Câmara.
<b>Política pública</b>	A adoção da legislação desejada	Legislação desejada adotada.
<b>Resultado</b>	Aplicação e implementação da legislação desejada.	Aplicação da legislação conforme a reivindicação do movimento e de manifestantes.
<b>Impacto</b>	Melhoria substancial da situação existente.	A legislação tem consequências.
<b>Estrutural</b>	Transformação dos arranjos sociais ou políticos.	Mudanças no sistema para aumentar as oportunidades de influência do movimento.

**Elaboração:** O próprio autor – Sérgio Borges. **Baseado em:** Burstein, Einwohner, Hollander (2005) & Giugni (2004).

Após a aceitação dos MS e manifestantes pelas autoridades políticas como atores legítimos, o que envolve a reconhecimento de suas demandas como legítimas, observa-se no quadro acima (Quadro 03) que as respostas dadas pelos governos e os representantes eleitos representam diferentes tipos de impactos políticos institucionais.

Assim, com base no conjunto da literatura acadêmica sobre consequências relacionadas a mobilizações políticas e a movimentos sociais, foi possível desenvolver um referencial metodológico e analítico (Figura 03) para a investigação de impactos e desdobramentos de ações como protestos.

**Figura 03: Modelo analítico de impactos em contexto de mobilizações políticas**



**Elaboração:** O próprio autor – Sérgio Borges.

Como pode ser observado na Figura 03, o primeiro passo para a investigação de possíveis resultados relacionados à atividade de protestos envolve a definição da escala de ação e do alcance das consequências, ou seja, o recorte e a escala do impacto político.

O segundo passo é estabelecer as consequências e os principais impactos, o que dada a diversidade de tipos de impactos (Biográfico, Cultural e Político), os tipos de respostas políticas dadas por autoridades competentes, e os tipos de impactos políticos (Estrutural, Substantivo e Processual) requer definir os procedimentos e os dados a ser levantados, analisados e sistematizados.

Em seguida, tendo como base os principais elementos e componentes apresentados por teóricos dos movimentos sociais e do confronto político, deve-se pensar no processo de organização das ações, no repertório e nas táticas dos manifestantes, o papel da mídia, a dimensão dos atos e a sua periodicidade, o tipo de avaliação feita pela opinião pública e pela

sociedade civil, bem como o papel de lideranças e atores políticos institucionais nas mobilizações.

A concepção de estrutura de oportunidades políticas e restrições apresentada por McAdam (1996) e Giugni (2009) é essencial para entender o contexto da mobilização política e pensar no grau de abertura do Estado e do governo às manifestações de ruas e à aceitação das demandas de manifestantes e integrantes de movimentos sociais.

Também, é de suma importância estabelecer correlações entre as ações dos manifestantes e as reações dos poderes constituídos, e avaliar as causas da mobilização, demandas e os desdobramentos dessas reivindicações; isso pode ser feito por meio da análise da mídia e de documentos oficiais.

Após ter estabelecido que os movimentos sociais e protestos podem mudar seu ambiente de três maneiras: elevando o *status* dos desafiantes em relação a terceiros e autoridades, catalisando mudanças na política e causando transformações na sociedade, no sistema político e / ou nas crenças predominantes (Aleman, 2013; Giugni, 1999; Kitschelt, 1986), buscou-se concluir essa seção, dedicada a introduzir e a discutir os impactos relacionados à atividade de protesto e a como mensurá-los, com três exemplos empíricos para explicitar alguns dos tipos de resultados institucionais decorrentes de movimentos de protestos ocorridos ao longo dos últimos anos.

#### **IV. Considerações finais**

Nos últimos anos, uma série de mobilizações políticas foram realizadas em diversas cidades, em todo mundo, conferindo visibilidade a graves problemas políticos e sociais vividos no mundo contemporâneo – imperfeições da democracia representativa, o divórcio entre Estado e sociedade civil e a existência de uma sólida aliança oligárquica (lobbies, políticos de carreira e mercado financeiro) no controle da coisa pública.

Indignados contra a ausência de espírito republicano na vida política, milhares de cidadãos, em todas as regiões do mundo, saíram às ruas e ocuparam praças, convertendo-as em espaços políticos abertos, para desafiar governos oligárquicos e corruptos, questionar desigualdades sociais e econômicas, contestar privilégios sociais, reivindicar reformas políticas e soberania popular sobre decisões políticas de amplo interesse social.

Essa onda de confronto político foi, também, composta por movimentos em reação aos desdobramentos da crise financeira global de 2008 e às políticas de austeridades, bem como protestos contrários a regimes autoritários e por liberdade, justiça socioespacial, governança urbana democrática e direito à cidade – “democracia real”, como argumenta Paolo Gerbaudo.

O vínculo entre as ruas e a democracia esteve, durante essa onda de protestos, mais explícito do que nunca. Ao mesmo tempo, essas mobilizações revelaram que há um mal-estar democrático caracterizado por um processo de ‘des-democratização’ de algumas nações, mas, também, mostraram que a democracia ainda é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais, haja vista o grande número de países árabes em que houve revoltas por democracia.

Conforme buscou-se explicitar na segunda seção do texto, os movimentos de protestos realizados na Grécia, Espanha e Itália tiveram implicações significativas no processo político-eleitoral, com impactos políticos no resultado das eleições e na composição dos governos locais, regionais e nacionais. No Chile, o movimento estudantil realizado em 2011 afetou a agenda política do governo nacional, assim como os programas eleitorais de candidatos às eleições ocorridas em 2013, e o resultado do pleito presidencial.

A recente onda de movimentos de protestos corrobora o argumento de Johnston & Seferiades (2012) e Karampampas (2019) a respeito da existência de um processo de difusão da cultura de protestos em todo o mundo nos últimos anos. Assim, após uma análise geral dos principais episódios de confronto político ocorridos na história recente e da literatura acadêmica especializada sobre o tema, buscou-se aqui, primeiramente, advogar a tese em torno da qual o artigo gravita, ou seja, a rua, quando transformada em espaço político (Borges, 2020; Castro, 2018a), se constitui em um recurso democrático com potencial para promover impactos políticos institucionais.

Os exemplos mencionados no decorrer do artigo revelam, em primeiro lugar, um impacto político inquestionável das ruas e praças: a permanente capacidade de desafiar as autoridades e impulsionar ações – reações dos poderes instituídos, seja na forma de declarações à imprensa ou ao movimento ou também no anúncio de medidas em respostas às vozes das ruas.

Diversos autores, citados ao longo do trabalho, reconhecem que as consequências dos movimentos sociais vão além das mudanças políticas específicas ou da conquista de resultados objetivos – demandas –, e que, em variados momentos da história, a rua e a praça são espaços privilegiados da política.

Nesse sentido, interessado em contribuir com a literatura acadêmica especializada, buscou-se oferecer alguns princípios e parâmetros metodológicos para a pesquisa e análise de impactos políticos de movimentos de protestos.

### Referencias bibliográficas

- Arce, Moisés y Roberta Rice (2019). *Protest and Democracy*. University of Calgary Press.
- Aleman, José (2013). *Protest and Institutional Change*. En APSA 2013 Annual Meeting Paper, American Political Science Association 2013 Annual Meeting.
- Álvarez-Benavides, Antonio (2018). *15M's social and political effects in Spain*. Disponible en: <https://www.opendemocracy.net/en/15ms-social-and-political-effects-in-spain/>.
- Amenta, E., Caren, N., Chiarello, E., & Su, Y. (2010). The political consequences of social movements. *Annual Review of Sociology*, 36, 287-307.
- Borges, Sergio S. (2018). Espaço político e tensão democrática: os protestos recentes e a potência política das ruas/Political space and democratic tension: the recent protests and the political power of the streets. *Geografares*, (26), pp. 162-181.
- Bosi, Lorenzo; Giugni, Marco; Uba, Katrin (eds.). (2016). *The consequences of social movements*. Cambridge University Press.
- Burstein, Paul. (2014). *American public opinion, advocacy, and policy in congress: What the public wants and what it gets*. Cambridge University Press.
- Carothers, Thomas & Youngs, Richard (2015). *The complexities of global protests* (Vol. 8). Carnegie Endowment for International Peace.
- Castro, Iná Elias (2018a). Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer?/Public spaces as political spaces: what does it mean?. *Geografares*, (26), pp. 12-33.

- Castro, Iná Elias (2018b). Espaço político. *GEOgraphia*, 20(42), pp. 120-126.
- Della Porta, Donatella. (2016). *Where did the revolution go?: Contentious politics and the quality of democracy*. Cambridge University Press.
- Della Porta, Donatella (1999). Protest, protesters, and protest policing: Public discourses in Italy and Germany from the 1960s to the 1980s. Giugni, Marco, McAdam, Doug & Charles Tilly (eds.). *How social movements matter* (pp. 66-96). University of Minnesota Press.
- Della Porta, Donatella, Fernández, Joseba, Kouki, Hara & Mosca, Lorenzo (2017). *Movement parties against austerity*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Donoso, Sofia (2016). When social movements become a democratizing force: the political impact of the student movement in Chile. En: Davies, Thomas, Ryan, Holly Eva & Milcíades Peña, Alejandro (eds.). *Protest, social movements and global democracy since 2011: new perspectives* (pp.167 – 196). Emerald Group Publishing Limited.
- Gerbaudo, Paolo (2017). *The mask and the flag: Populism, citizenism, and global protest*. Oxford University Press.
- Gillion, Daniel Q. & Soule, Sara A. (2018). The impact of protest on elections in the United States. *Social Science Quarterly*, 99(5), pp. 1649-1664.
- Gillion, Daniel Q. (2013). *The political power of protest: minority activism and shifts in public policy*. Cambridge University Press.
- Inglese, Gaetano. "Marco Giugni, Maria T. Grasso. (2019). *Street Citizens: Protest Politics and Social Movement Activism in the Age of Globalization*. Cambridge University Press.
- Giugni, Marco (2008). Political, biographical, and cultural consequences of social movements. *Sociology Compass*, 2(5), pp. 1582-1600.
- Huntington, Samuel P. (1994). *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. Ática.
- Jasper, James M. (2016). *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- López, Miguel A. M., & San Juan, Elena D. (2014, April). Social and Political Impacts of the 15M Movement in Spain. En XIX Conference *Alternative Futures and Popular Protest*.
- McAdam, Doug & Su, Yang (2002). The war at home: Antiwar protests and congressional voting, 1965 to 1973. *American Sociological Review*, pp. 696-721.
- Melina, Lois Ruskai (2014). Being the change: protest as performative discourse in the Occupy Portland encampment. *Global Discourse*, 4(2-3), pp. 308-322.
- Meyer, David S. (2007). *The politics of protest: Social movements in America*. Oxford

- University Press, USA.
- Meluci, Alberto (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge University Press.
- Nogueira, Marco A. (2013). *As ruas ea democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Fundação Astrojildo Pereira.
- Pirro, Andrea L. (2019). Ballots and barricades enhanced: far-right 'movement parties' and movement-electoral interactions. *Nations and Nationalism*, 25 (3), pp. 782-802.
- Rosanvallon, Pierre. (2013). *La légitimité démocratique: impartialité, réflexivité, proximité*. Média Diffusion.
- Rosanvallon, Pierre (2019). Há uma revolução interna no capitalismo. Entrevista a Pierre Rosanvallon de Héctor Pavón. *Revista IHU*. Disponible en: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/594471-ha-uma-revolucao-interna-no-capitalismo-entrevista-com-pierre-rosanvallon>
- Rüdig, Wolfgang & Karyotis, Georgios (2014). Who protests in Greece? Mass opposition to austerity. *British Journal of Political Science*, 44 (3), pp. 487-513.
- Tarrow, Sidney G. (2011). *Power in movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge University Press.
- Tilly, Charles, and Tarrow, Sidney (2015). *Contentious politics*. Oxford University Press.
- Tilly, Charles (2003). Inequality, democratization, and de-democratization. *Sociological Theory*, 21(1), pp. 37-43.
- Tormey, Simon (2015). *The end of representative politics*. John Wiley & Sons.
- Tormey, Simon (2014). The contemporary crisis of representative democracy. *Democratic Theory*, 1(2), pp. 104-112.
- Traugott, Mark (1993). Barricades as repertoire: Continuities and discontinuities in the history of French contention. *Social Science History*, 17(2), pp. 309-323.
- Wasow, Omar (2020). Agenda seeding: How 1960s black protests moved elites, public opinion and voting. *American Political Science Review*, 114(3), pp. 638-659.
- Weldon, Sirje Laurel. (2011). *When protest makes policy: How social movements represent disadvantaged groups*. University of Michigan Press.